

## Processos de Quantificação e Construções Partitivas \*

### 1. O domínio da quantificação de medição

Tradicionalmente, na literatura semântica, é feita uma distinção entre nomes contáveis e nomes massivos. Tal distinção assenta na ideia de que os nomes contáveis designam um conjunto de entidades discretas, que se podem contar, enquanto os segundos têm na sua denotação uma entidade concebida como um todo contínuo não divisível em indivíduos distintos. A classe dos massivos é preenchida por nomes como *água, ouro, ar*, entre outros. Exemplos de nomes contáveis são *árvore, pessoa, mesa e casa*. A frase (1), abaixo, ilustra a ocorrência de um nome massivo — *água* — enquanto na frase (2) encontramos um nome contável — *livro*.

(1) A água ocupa 60% da superfície terrestre.

(2) O livro que acabei de ler é da biblioteca.

O comportamento sintático das duas classes de nomes não é o mesmo. Os nomes massivos caracterizam-se por, ao contrário dos nomes contáveis, não flexionarem em número e por não ocorrerem com numerais. Além disso, os quantificadores *muito, pouco e bastante*, característicos de nomes massivos, não têm uma forma plural aplicável a esses nomes.

Antes de avançar, importa notar que se pode usar a oposição “termo massivo” / “termo contável” em vez da oposição “nome massivo” / “nome contável”. De facto, à semelhança das denotações não-massivas, também as

---

\* O presente artigo toma como ponto de partida a classificação dos processos de quantificação nominal presente em Peres (1992) e retomada no primeiro artigo deste tomo, pressupondo-se, portanto, a leitura de pelo menos um destes textos.

interpretações massivas podem estar associadas a nomes modificados, como mostram as frases (3) e (4), abaixo:

- (3) A água do rio Alviela está muito poluída.
- (4) Os livros que estão nessa mesa são da biblioteca.

O facto de os objectos envolvidos na denotação dos termos massivos não serem primariamente caracterizados como conjuntos de indivíduos justifica que tais nomes não se submetam ao processo de quantificação de contagem, o que é ilustrado pela agramaticalidade da frase (5):

- (5) \*A rainha usava dois ouros.

Poder-se-ia pensar, então, que os operadores desse processo de quantificação se aplicam apenas a nomes contáveis, enquanto a quantificação de medição existe só com nomes massivos. Tal hipótese, contudo, revela-se inadequada. De facto, num processo de quantificação de medição, podem entrar quer termos massivos, quer termos contáveis, quer ainda nomes que não são caracterizáveis nem pelo traço [+ MASSIVO] nem pelo traço [+ CONTÁVEL], como mostram as frases (6)-(8), abaixo. Todas elas exibem o mesmo processo de quantificação, mas apenas em (6) esse processo envolve um nome massivo. Em (7) é a um nome contável que se aplica o operador de quantificação e em (8), no sintagma relevante, ocorre um nome [-MASSIVO] e [-CONTÁVEL].

- (6) Ele comeu uma grande parte da massa.
- (7) Ele leu uma grande parte do livro.
- (8) Ele domina uma grande parte da Matemática.

Não se pode, portanto, estabelecer a distinção entre termos massivos e termos não-massivos com base nos processos quantificacionais a que se submetem. A relevância da tradicional distinção entre *massividade* e *não-massividade* tem, aliás, sido posta em causa por diversos autores, que se interrogam acerca da existência de uma fronteira nítida entre os dois conceitos no quadro de uma ontologia da linguagem. Em Pelletier (1979) encontram-se vários artigos em

que o tema da massividade é abordado de um ponto de vista filosófico, discutindo-se se a oposição *massivo / não-massivo* é feita apenas na língua, ou se corresponde a uma concepção que os seres humanos têm do universo.

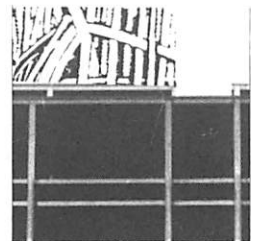
No campo da Linguística, alguns autores defendem para os termos massivos tratamentos distintos dos que recebem os termos não-massivos, enquanto outros tentam um tratamento unificado dos dois tipos de estruturas nominais. Assim, Bunt (1985) cria uma teoria — a “ensemble theory” — baseada na teoria clássica dos conjuntos, para o tratamento formal dos massivos. Também Quine e Moravcsik propõem que os massivos recebam um tratamento formal diferente do que é considerado para os nomes contáveis. Esses autores baseiam-se na “teoria mereológica”, criada por Lesniewski (1929) e reformulada por Leonard e Goodman (1940) sob o nome de “cálculo de indivíduos”. Uma perspectiva diferente destes autores tem ter Meulen (1980) que defende que o tratamento semântico dos massivos pode ser feito com o auxílio da teoria clássica dos conjuntos, tal como o dos termos contáveis. A mesma perspectiva se encontra em Link (1983). Este autor mostra semelhanças que existem entre os termos massivos e os Plurais e propõe um tratamento unificado das duas estruturas, com base na teoria dos reticulados.

## 2. A quantificação de medição absoluta

A quantificação de medição absoluta é um processo que permite identificar uma quantidade de matéria definida em função de um valor padrão, independente da entidade sobre a qual se está a quantificar. A frase (9), abaixo, ilustra este tipo de operação de quantificação.

(9) Bebi meio litro de água.

Em (9), a expressão *meio litro* permite determinar a porção de matéria — água — que entra na situação descrita, funcionando, portanto, como um operador de



quantificação de medição. Os operadores típicos da quantificação de medição são as expressões que designam medidas padrão de **capacidade, peso, comprimento, volume, área ou superfície e massa**, tal como é ilustrado pelas frases que se seguem.

- (10) Durante esta semana, foram alcatroados trezentos quilómetros de estrada.
- (11) Comprei dois metros quadrados de alcatifa.
- (12) Comprei um metro cúbico de areia.
- (13) O depósito leva quinze litros de gasolina.
- (14) Este terreno produziu quinhentos alqueires de milho.

Nestas frases, a expressão de medida (*quilo, metro, litro e hectare*) é precedida por um numeral. Poder-se-ia pensar, então, que as expressões *quilo de, litro de* e suas congéneres definem objectos discretos, sobre os quais se aplica um processo de quantificação de contagem. Em Peres (1992) encontram-se vários argumentos que refutam esta hipótese. O primeiro deles é de ordem sintáctica. Consiste na constatação de que, nessas estruturas, é impossível separar por topicalização o numeral da expressão a que se aplica, como mostra a estranheza, se não mesmo agramaticalidade, de frases como (15):

- (15) ??Litros de água, bebi só dois.

Em segundo lugar, Peres (1992) faz notar que dificilmente se aceita a identificação de conjuntos de quantidades de substâncias. É o que mostram frases como (16) e (17):

- (16) ??Metade dos quilos de maçãs que comprei não estavam em bom estado.
- (17) ??Ofereci alguns dos quilos de maçãs que comprei.

Um terceiro argumento apresentado pelo mesmo autor é fornecido por frases como (18):

(18) Eu bebi dois litros de água, mas o Paulo bebeu mais.

Para a verdade de (18), não é necessário verificar-se que o Paulo tenha, na situação relevante, bebido mais litros de água que o enunciador. A frase será verdadeira se o volume de água que o Paulo bebeu for superior ao volume de água que este último bebeu.

Aos argumentos acima apresentados, acrescentarei um outro já referido em Marques (1992). Consiste na verificação de que um nome a que se aplique uma expressão como *quilo de*, *litro de*, ou outras expressões idênticas, não pode servir de argumento a quantificadores de contagem. É o que mostram frases como (19) e (20). A impossibilidade de ocorrência de um quantificador de contagem mostra que tais expressões já estão quantitacionalmente saturadas.

(19) \*Comprei um quilo de duzentas amêndoas.

(20) \*Na construção deste edifício gastou-se uma tonelada de duas mil pedras.

João Peres (c. p.) propõe ainda um outro teste, que consiste na formação de frases em que as expressões de medição em discussão são claramente colocadas em correspondência — semântica e sintáctica — com expressões cujo estatuto de quantificadores não oferece dúvidas. Eis algumas frases:

(21) Só quero três maçãs, não quero um quilo.

(22) Precisava exactamente de meio quilo de amêndoas, mas tu já comeste algumas.

(23) Não vou levar o leite todo, só quero dois litros.

Parece, portanto, podermos concluir que as expressões *n quilo(s) de*, *n litro(s) de*, *n metro(s) de* e outras do mesmo tipo em que ocorram valores de

medida de comprimento, volume, área, capacidade ou massa funcionam como expressões descontínuas com um valor semântico global. A ser assim, serão operadores de quantificação de medição absoluta, visto que identificam uma quantidade precisa de matéria, definida apenas em função do operador de quantificação. Quanto ao nome, ele apenas serve à identificação da matéria sobre a qual se quantifica. De facto, a expressão *um litro de água* define sempre a mesma quantidade de matéria, independentemente do volume de água que realmente exista no contexto relevante. Além disso, essa quantidade é a mesma que é definida por expressões como *um litro de azeite* ou *um litro de gasolina*, embora os três nomes — *água*, *azeite* e *gasolina* — designem diferentes extensões de matéria.

Como mostra a frase (24), abaixo, para além dos numerais, também os determinantes *alguns*, *bastantes* e *muitos* (pelo menos) se podem combinar com valores de medição para formarem com eles operadores de quantificação de medição absoluta.

- (24) O petroleiro derramou n / algumas / muitas / bastantes / dema-  
siadas toneladas de crude.

Em (24), seja qual for o determinante usado, é sempre definida uma determinada quantidade da matéria em causa e não um conjunto de entidades.

Expressões como *tonelada* e outros valores de medição definem uma quantidade em termos absolutos. A porção de matéria identificada só não é medível com exactidão se o determinante que coocorre com a expressão de medida for vago, como é o caso de quantificadores como *muitos* e *bastantes*, por exemplo. Se, porém, o quantificador de medição for construído com um numeral exacto, essa expressão identifica uma porção de matéria definida com precisão. Definem igualmente uma quantidade exacta de matéria quantificadores de medição que envolvem numerais fraccionários. É o caso, por exemplo, de expressões como *meio quilo de* e *um quarto de litro de*, entre outras. Existem, contudo, outros quantificadores de medição que definem medidas menos exactas. Tal é o caso de quantificadores como os que ocorrem

em (25), em que  $x$  está por uma expressão que designe um valor de medida (*quilo, litro, quilómetro ...*).

- (25) menos de  $n x$ , no máximo  $n x$ , quando muito  $n x$ , cerca de  $n x$ , no mínimo  $n x$ , pelo menos  $n x$ , mais de  $n x$

Estes quantificadores envolvem numerais cardinais a que Peres (1991) chama *inexactos*. Outras expressões que também podem ser consideradas quantificadores de medição absoluta e que definem igualmente quantidades menos precisas de matéria são as apresentadas em (26), extraídas de Peres (1992).

- (26)  $n$  balde(s) de,  $n$  cesto(s) de,  $n$  chávena(s) de,  $n$  colher(es) de chá de,  $n$  colher(es) de sopa de,  $n$  copo(s) de,  $n$  prato(s) de,  $n$  saco(s) de

Obviamente, não são só os numerais cardinais exactos que podem ocorrer nestes quantificadores. As frases (27) e (28) mostram que outros determinantes se podem combinar com expressões como as apresentadas em (26) para formarem quantificadores de medição absoluta.

- (27) Bebi vários copos de água.  
(28) Bebi pelo menos cinco copos de água.

Finalmente, na classe dos quantificadores de medição, há a considerar ainda expressões a que Peres (1992) chama "quantificadores de medição absoluta vagos". Preenchem esta classe os operadores *algum / alguma, muito / muita, pouco / pouca, um pouco de, uma (pequena / grande) porção / quantidade de*. O uso de algumas destas expressões é ilustrado pelas frases (29)-(31), abaixo:

- (29) A Joana comeu muita sopa.  
(30) O Manuel bebeu um pouco de água.  
(31) O Banco de Portugal vendeu uma grande quantidade de ouro.

A interpretação destes quantificadores depende do contexto e podem ter interpretações diferentes para diferentes descodificadores.

Há algumas expressões que parecem estar associadas aos quantificadores de medição absoluta vagos, na medida em que definem uma quantidade de matéria — daí serem expressões de quantificação de medição — definida em termos de um valor mais ou menos padronizado — daí envolverem quantificação *absoluta*, que não pode ser definida com precisão — pelo que são expressões de quantificação vaga. É o caso de expressões como *rios de tinta*, cujo uso é ilustrado pela frase (32):

(32) Sobre esse assunto, já se escreveram rios de tinta.

Assim, verificamos que os operadores de quantificação de medição absoluta podem ser homónimos de palavras que pertencem à classe dos nomes — caso de *balde*, *copo*, *rio*, entre outros. Não é, contudo, o contexto sintáctico em que ocorrem que faz com que tais palavras sejam interpretadas como operadores de quantificação.

### 3. Quantificação de medição absoluta e nomes de referência dependente

Existem estruturas nominais idênticas na forma aos operadores de quantificação de medição absoluta, que, no entanto, são semanticamente distintas desses operadores. É o caso de expressões como as que são enumeradas em (33). Muitos outros exemplos podem ser aduzidos.

(33) n ramo(s) de, n molho(s) de, n série(s) de, n bloco(s) de, n maço(s) de,  
n pepita(s) de, n barra(s) de

Estas estruturas não identificam de facto uma porção de matéria. Por conseguinte, ainda de acordo com Peres (1992), não podem ser consideradas operadores de quantificação de medição. A comprová-lo estão os testes defini-

dos na secção precedente usados para mostrar que expressões como *n quilo(s) de* são de facto uma expressão única. A forma como as estruturas definidas em (33) reagem a esses testes é oposta ao comportamento dos operadores de quantificação de medição. É o que se vê nas frases (34)-(37), que se seguem:

- (34) Maços de tabaco, comprei dois.
- (35) Alguns dos ramos de flores que o Paulo comprou são para oferecer à Maria.
- (36) Ando sempre com dois molhos de chaves, mas o Manuel ainda anda com mais.
- (37) A Ana fez um ramo de cinco rosas.

A frase (34) mostra que, nas estruturas em causa, é possível separar por topicalização o numeral e o nome a que este se aplica. Tal possibilidade, como vimos, não existe se o numeral fizer parte de um operador de quantificação de medição. A frase (35) ilustra a possibilidade de, ao contrário do que se verifica quando existe um processo de quantificação de medição, ser definido um conjunto cujos elementos são identificados pelo nome ou estrutura nominal a que se aplica o quantificador (no caso, trata-se da estrutura *ramo de flores*). No que respeita à frase (36), por seu lado, verificamos que, para a sua verdade, é necessário verificar-se que o Manuel tem mais molhos de chaves que o enunciador, não que tem uma maior quantidade da matéria em causa, que no caso presente, seria um maior número de chaves. Essa é, pelo menos, a interpretação preferencial. Recordemos que estruturas comparativas análogas a (36), mas em que ocorre um operador de quantificação de medição, têm diferentes condições de verdade. Nessas estruturas, o que está a ser comparado são duas quantidades de matéria e não dois conjuntos de indivíduos. Finalmente, a frase (37) mostra que o nome *rosas* pode sofrer um processo de quantificação de contagem, o que evidencia que a expressão *ramos de* não funciona como operador de quantificação.

Estruturas como as que ocorrem em (33) não são, pois, operadores de quantificação. Comportam-se como nomes que se submetem à quantificação de

contagem. Aos nomes que ocorrem nas estruturas em causa Peres (1992) chama **nomes de referência dependente**, em virtude de, por si só, não terem um significado próprio, precisando de outros nomes que lhes fixem a referência. O grau de coesão que existe entre estes nomes e aqueles a que se fixam não é o mesmo em todos os casos. Por exemplo, o nome *pepita* só coocorre com o nome *ouro*, enquanto nomes como *série* podem coocorrer com vários nomes — vejam-se estruturas como *série de conferências*, *série de programas*, *série de aventuras* e muitas outras. À parte esta distinção, todos esses nomes identificam uma entidade formada, cognitiva e verbalmente, pelo agrupamento de outras entidades. São, pois, **nomes de referência dependente colectivos**.

#### 4. A quantificação de medição relativa ou mereológica

A **quantificação de medição relativa**, sendo também um processo que permite identificar uma porção de matéria, distingue-se da quantificação de medição absoluta pelo facto de a quantidade identificada ser definida em relação à totalidade de uma entidade que serve de base ao processo de quantificação e não em relação a um valor-padrão. Este outro processo de quantificação de medição recebe também o nome de **quantificação mereológica** — adjectivo derivado do termo grego para *parte* — em Peres (1992). Algumas frases que este autor apresenta para ilustrar este tipo de quantificação são as seguintes:

- (38) Escrevi parte deste artigo.
- (39) Usei parte do ouro para fazer este anel.
- (40) Inspeccionei todo o edifício.
- (41) Bebi toda a água que estava no frigorífico.

Nas frases (38) e (39) é identificada uma parte da entidade relevante, que é menor que a própria entidade. Nas frases (40) e (41), pelo contrário, a parte

identificada corresponde à entidade na sua inteireza. Este processo de identificação da **parte total** recebe em Peres e Branco (1989) a designação de **quantificação holística**. Como referem esses autores, há outros operadores que induzem a leitura holística:

- (42) integralmente, na íntegra, totalmente, na totalidade, completamente, todos / todas, inteiro / inteira.

Estas expressões não têm todas o mesmo comportamento sintáctico. As frases que se seguem, algumas delas extraídas de Peres e Branco (1989), ilustram o seu uso:

- (43) As casas arderam integralmente.  
(44) As casas arderam na íntegra.  
(45) O campo foi totalmente minado.  
(46) O Pedrinho riscou os livros completamente.  
(47) A Maria comprou um vestido completamente preto.  
(48) Os livros ficaram todos molhados.  
(49) As casas arderam todas.  
(50) O Pedrinho riscou o livro inteiro.

As frases em que ocorre o operador *todos / todas* são ambíguas entre uma leitura holística e uma leitura a que, na literatura semântica, tem sido dado o nome de **leitura distributiva**. Um exemplo de uma frase que tenha os dois tipos de leituras é (49). Numa leitura dessa frase, assere-se que cada uma das casas relevantes no contexto ardeu completamente — leitura holística —, enquanto numa outra leitura se assere que não há nenhuma das casas em causa que não tenha ardido — leitura distributiva. De acordo com esta segunda leitura, cada um dos objectos relevantes — no caso, os membros do conjunto das casas — é tomado enquanto indivíduo distinto das outras entidades do universo. Na leitura holística, cada um desses objectos é, por acréscimo, visto como uma entidade estruturada. O que é asserido é que o predicado se aplica

a uma das partes da entidade em causa — a parte total — se bem que seja legítimo inferir que se aplica também à entidade em si mesma, enquanto indivíduo distinto.

Apenas alguns predicados admitem ambiguidade de interpretação entre a leitura distributiva e a leitura holística. Predicados como *dançar, matar, correr* e muitos outros bloqueiam esta última leitura. Estes predicados recebem em Peres e Branco (1989) a designação de **predicados totalizantes**. As frases (51) e (52), abaixo, em que ocorre um predicado totalizante mostram que com esses predicados apenas pode obter-se a leitura distributiva.

(51) As raparigas fugiram todas.

(52) \*As raparigas fugiram completamente.

Quanto à identificação de partes não-vazias nem totais da entidade sobre a qual recai o processo de quantificação de medição relativa, encontramos, além do operador *parte de*, várias outras expressões, algumas das quais, extraídas igualmente de Peres (1992), são referidas em (53):

(53) uma parte, grande parte, uma (pequena / grande) parte, um terço, uma terça parte, metade, um pedaço, um bocado

Independentemente de a parte identificada ser uma parte total ou uma parte não-total, no processo de quantificação de medição relativa requiere-se sempre a identificação da entidade sobre a qual se quantifica. Por outras palavras, os operadores de quantificação mereológica só se aplicam a descrições definidas. Nas frases (38)-(41), acima, é definida, em cada um dos casos, uma única entidade. Nada obsta, porém, a que na quantificação de medição relativa entrem sintagmas definidos plurais. Algumas frases que ilustram esta possibilidade, apresentadas em Peres (1992), são as seguintes:

(54) Visitei parte de alguns dos museus.

(55) Bebi um cálice de vários dos vinhos expostos.

(56) Li um pouco de cada um dos livros que me deste.

De notar, no entanto, que o quantificador de medição relativa, nestas construções, não se aplica directamente à descrição definida. Se isso acontecer, a interpretação de quantificação de contagem torna-se, em certos casos, preferível, se não mesmo a única possível. É o que se verifica, por exemplo na frase (57), abaixo:

(57) Visitei parte dos museus.

Atente-se agora nas seguintes frases:

(58) Metade da equipa é constituída por jogadores estrangeiros.

(59) A maior parte dos estudantes que se reuniram ontem estuda na Faculdade de Letras.

Podemos dizer que em ambas as frases se aplica primariamente um processo de quantificação de medição. Contudo, neste processo de quantificação não é identificada uma porção de matéria, mas sim um conjunto de indivíduos. Trata-se, pois, de algum modo derivadamente de um processo de quantificação de contagem. Este facto deve-se, não ao operador de quantificação envolvido no processo, mas sim ao nome a que este se aplica. De facto, na frase (58) embora seja identificado um único indivíduo, o nome a que se aplica o operador de quantificação é colectivo. A entidade referida por *equipa* não é constituída por matéria, mas sim por indivíduos discretos. Ao tipo de leitura presente em (58) chama Peres e Branco (1989) **leitura decomponente**. O mesmo tipo de interpretação existe em (59). Nessa frase, embora não exista um nome colectivo, o sintagma *os estudantes* é interpretado como envolvendo na sua denotação um único indivíduo — o indivíduo grupal que satisfaz a predicação *reunir-se ontem* na situação relevante.

**5. Quantificação de medição relativa, nomes de referência dependente, partes materiais e partes estruturais**

Existem estruturas muito próximas das construções de quantificação de medição relativa, cuja semântica é algo diferente. De facto, a frase (60), que exhibe um processo paradigmático de quantificação de medição relativa, não tem as mesmas condições de verdade de uma frase como (61).

(60) Li parte do livro.

(61) Li a primeira parte do livro.

Em ambas as frases é identificada uma parte constituinte da entidade relevante. Em (60), porém, não é imposta nenhuma condição quanto à forma da parte identificada ou à posição que essa parte ocupa na entidade. A frase será igualmente verdadeira na situação em que foram lidas várias porções descontínuas do livro. Já a frase (61) seria falsa nessa situação. Nesta frase, é identificada uma parte específica da entidade em causa. Não é uma qualquer quantidade constituinte da entidade relevante que satisfaz a predicação. A frase (61) requer, portanto, uma semântica mais rica que (60), uma vez que não só é identificada uma parte constituinte de uma entidade, mas também é imposto um requisito à parte identificada. No caso particular da frase (61), esse requisito diz respeito à relação espacial que se estabelece entre as várias partes que constituem o indivíduo. A entidade relevante é identificada como a parte que precede todas as outras que se possam identificar. Assim, para a computação do significado da frase (61), a entidade *livro* é tida como composta por um conjunto de partes distintas. Podemos, assim, dizer que em frases como (61) não existe um processo de quantificação sobre a matéria que constitui o indivíduo — quantificação de medição relativa —, mas sim um processo de quantificação sobre a sua estrutura. De acordo com a terminologia de Peres e Branco (1989), num processo de quantificação de medição, existe a identificação de **partes materiais**, enquanto numa frase como (61) existe a identificação de **partes estruturais**. Uma diferença clara que existe entre os dois tipos de entidades — partes materiais e partes estruturais — é que a

junção de duas ou mais partes materiais forma uma nova parte material, enquanto a junção de duas ou mais partes estruturais não forma necessariamente uma nova parte estrutural. Além disso, frases como (61), por oposição a frases como (60), mostram que as partes estruturais de uma entidade estão ligadas entre si por uma relação de ordem. No que respeita à frase (61), essa relação é, como vimos, a relação de precedência no texto que constitui o livro. Existem, porém, outras construções que mostram que as partes de uma entidade podem estar organizadas por outras relações. Nas frases (62)-(65), abaixo, é identificada uma parte específica da entidade em causa, que está numa relação de ordem temporal com as restantes partes estruturais da entidade. Na frase (65), por seu lado, a relação por que estão ordenadas as partes estruturais do objecto em causa diz respeito a valores de outra natureza.

- (62) Houve duas guerras mundiais durante a primeira metade deste século.
- (63) Só assisti à parte inicial da conferência.
- (64) A equipa da casa recuperou na última parte do jogo.
- (65) Foi nessa altura que a Rosa viveu a época mais feliz da sua vida.

Em qualquer das frases, a identificação da parte específica da entidade é feita por meio de um modificador nominal — *primeiro*, *inicial*, *última* e *mais feliz*, respectivamente. Nas frases (66)-(68), abaixo, são igualmente identificadas uma ou mais partes específicas da entidade em causa. Contudo, a identificação dessas partes é feita pelo próprio nome que as refere, sem o auxílio de um modificador.

- (66) A tecelã uniu as pontas da linha.
- (67) O electricista cortou a extremidade do fio.
- (68) O alpinista atingiu o cume do monte.

Estes només podem também ser chamados de referência dependente, já que por si sós não referem nenhum objecto em particular. São também de referência dependente nomes como *gomo*, *fatia*, *rodela*, *talhada*, *pedaço* ou *porção* (cf. Peres, 1992).

Todos estes nomes — de referência dependente — permitem identificar partes de entidades. Contudo, dentro desta classe existem algumas distinções a fazer. A primeira delas diz respeito à possibilidade de o nome referir uma parte com características específicas ou, alternativamente, uma quantidade amorfa de matéria. Assim, nomes como *pedaço* ou *porção* não impõem quaisquer condições de forma, enquanto nomes como *fatia*, *talhada* e outros identificam porções com características específicas. Uma frase como (69) não terá, pois, as mesmas condições de verdade que (70):

(69) A Ana comeu um pedaço do bolo.

(70) A Ana comeu uma fatia do bolo.

(69) será uma afirmação verdadeira se, na situação relevante, a Ana comeu uma qualquer quantidade do bolo em causa. (70), porém, só será verdadeira na situação em que a Ana comeu uma parte do bolo com determinadas características. A frase (69) é um exemplo típico de quantificação de medição relativa, ao passo que a frase (70) não envolve apenas a consideração de quantidades quaisquer da entidade em causa.

Outra distinção a introduzir permite separar nomes como *gomo*, *fatia* ou *talhada*, que não identificam partes específicas da entidade em causa, de nomes como *ponta*, *extremidade* ou *cume*. Note-se também que os segundos, mas não os primeiros, se podem aplicar apenas a uma descrição definida. É o que mostram as frases (71)-(74), abaixo:

(71) \*A tecelã uniu as pontas de linha.

(72) \*O electricista queimou a extremidade de fio.

(73) \*O alpinista atingiu o cume de monte.

(74) Comi dois gomos de laranja / uma fatia de bolo / uma talhada de melão.

Distinto de todos estes casos é um nome de referência dependente como *resto*. Por um lado, este nome aproxima-se de nomes como *extremidade*, *ponta* ou *cume* por não referir uma parte aleatória da entidade. Por outro lado, afasta-se

deste tipo de nomes por não identificar uma parte específica da mesma. A identificação da parte referida por *resto* só pode ser feita se se tiver em conta o conceito de tempo e, possivelmente, a estrutura do evento que consistiu, por exemplo, em um bolo ser progressivamente comido. De facto, o objecto de base, referido pelo sintagma a que se aplica o nome *resto*, não está à partida estruturado de forma a que *resto* refira uma parte específica.

Podemos, assim, considerar pelo menos seis subclasses de nomes de referência dependente não-colectivos, isto é, cujas denotações não são definidas por agrupamentos de outras entidades. São elas:

- (a) nomes que não impõem requisitos de forma ou estrutura do objecto de base (*porção, pedaço*);
- (b) nomes que impõem um requisito de forma do objecto de base (*fatia, rodela, tira*);
- (c) nomes que impõem um requisito de estrutura intrínseca do objecto, não definível em termos nem de uma relação de ordem nem de uma orientação espacial (*gomo*);
- (d) nomes que impõem um requisito de estrutura do objecto de base definível em termos de uma relação de ordem espacial (*ponta, extremidade*);
- (e) nomes que impõem um requisito de estrutura do objecto de base definível em termos de uma relação de ordem espacial e de uma orientação (*cume*);
- (f) nomes que impõem um requisito de ordenação temporal e, possivelmente, das partes de um evento (*resto*).

## 6. O conceito de “construção partitiva”

As estruturas de quantificação de medição relativa envolvem a consideração de duas entidades — o indivíduo, concebido como um todo, e uma parte desse indivíduo. O mesmo se passa com os nomes de referência depen-

dente de que se falou na secção precedente, quando aplicados a uma descrição definida. Podemos, portanto, dizer que essas construções envolvem a consideração de uma relação *parte-todo*. Assim sendo, é pertinente que nos interroguemos sobre a ligação existente entre elas e as chamadas construções partitivas, uma vez que estas são geralmente definidas precisamente com base nessa relação *parte-todo*. Porém, se fizermos uma breve incursão em diferentes trabalhos de natureza gramatical, verificamos que não existe unanimidade acerca do leque de estruturas que cabem sob esta designação.

### 6.1. A tradição gramatical francesa

Apesar de a maioria dos gramáticos franceses não se referir propriamente às construções partitivas, encontramos neles referências ao chamado "article partitif", operador que serviria à identificação de uma porção de matéria. As construções que envolvem o "article partitif" são, pois, de acordo com a terminologia aqui adoptada, estruturas de quantificação de medição. Sobre este assunto, Grevisse (1969) diz o seguinte:

L'article partitif n'est autre chose, pour le sens, qu'un article indéfini placé devant le nom des objets qui ne peuvent se compter, pour indiquer que l'on ne considère qu'une partie de l'espèce désignée par le nom: c'est essentiellement la préposition de détournée de sa fonction habituelle, qui est de marquer un rapport: L'ai bu DU vin, DE LA bière, DE L'eau. (Grevisse, 1969: 270).

Um outro autor que se refere ao "article partitif" é Milner (1978) que afirma:

[...] le partitif définit une fraction de matière, c'est donc une expression quantitative. En tant que telle, elle peut être rapprochée des expressions numériques: la seule différence tient au fait que toutes les quantités ne peuvent pas être comptées. (Milner, 1978: 32).

Este autor considera, porém, outras estruturas do Francês que, juntamente com as construções que envolvem o “*article partitif*”, formam as “*construções partitivas*”. Alguns exemplos destas construções, que apresenta, são os seguintes:

- (75) *deux des livres*  
*certains des livres*  
*beaucoup des livres (de Zola)*  
*un kilo du beurre que tu m’as apporté*  
*un kilo de ce beurre*

Os três primeiros exemplos são, como se pode atestar, construções que envolvem a quantificação de contagem, uma vez que é identificado um conjunto de indivíduos e não uma porção de matéria. Por seu lado, os dois últimos exemplos são construções que exibem a quantificação de medição relativa.

Verificamos, assim, que não há uma caracterização uniforme, do ponto de vista da quantificação, das estruturas que Milner designa por “*construções partitivas*”. O mesmo se pode dizer para a tradição gramatical inglesa, em que é ainda maior a diversidade de construções que se dizem partitivas.

## 6.2. *A tradição gramatical inglesa*

Um dos autores que analisam as chamadas “*construções partitivas*” em Inglês é Ladusaw (1982). Dá como exemplo deste tipo de construções os seguintes sintagmas:

- (76) *some of the books*  
*many of those books*  
*each of these books*

Acrescenta ainda o sintagma “some of the book”, considerando-o sintaticamente análogo aos apresentados em (76), mas semanticamente distinto. A propósito deste tipo de estrutura, Ladusaw diz o seguinte:

[...] when a singular count NP appears as a Partitive Phrase, the determiner takes as its argument the stuff that the count atom consists of. (Ladusaw, 1982: 239).

Como se vê, tal como Milner para o Francês, Ladusaw usa o conceito em causa para englobar estruturas de quantificação de contagem e estruturas de quantificação de medição relativa.

Uma ideia algo diferente do mesmo conceito tem Quirk *et al.* (1985). No capítulo em que são abordadas as construções partitivas, não é feita qualquer referência a sintagmas como “some of the book”, que Ladusaw inclui na classe em causa. Numerosas outras estruturas são, no entanto, classificadas com a etiqueta “construção partitiva”. Uma distinção básica que estes autores estabelecem é entre «*partition in respect of quality*» e «*partition in respect of quantity*». Como exemplo das primeiras apresentam as seguintes estruturas:

(77) a new kind of computer	new kinds of computers
a delicious sort of bread	delicious sorts of bread
another type of research	other types of research

Quanto à “*partition in respect of quantity*”, ainda segundo os mesmos autores, pode ocorrer tanto com nomes não-contáveis como com nomes contáveis singulares ou plurais. No que respeita à subclasse dos nomes não-contáveis, a indicação de parte quantitativa é feita «(...) by means of certain GENERAL PARTITIVE NOUNS, in particular *piece, bit, item*, followed by an *of*-phrase» (Quirk *et al.*, 1985: 249). Exemplos que os autores apresentam são:

(78) a piece of cake	two pieces of cake
a bit of chalk	some bits of chalk
an item of news	several items of news
<b>(partitivos singulares)</b>	<b>(partitivos plurais)</b>

Paralelamente a nomes como *bit*, *item* e *piece*, existem expressões a que chamam “typical partitives”. Trata-se de nomes semanticamente idênticos àqueles, que se distinguem apenas por só se combinarem com certos nomes não-contáveis. Vejamos alguns exemplos:

- (79) an atom/grain of truth
- a bar of chocolate/soap/gold/iron
- a blade of grass
- a block of ice
- a drop of water
- a grain of corn/rice/sand/salt

Para estes autores, as construções presentes em (80), abaixo, são ainda sintática e semanticamente (visto que são partitivas) idênticas às anteriores. A diferença é, segundo eles, apenas lexical, já que em construções como (80) entram nomes contáveis plurais (*people*, *sheep* e outros), o que faz com que sejam outros os partitivos usados (*crowd*, *flock*, *herd*, *pack(et)*, *series*, *bunch*).

- (80) a (large) crowd of people
- a (huge) flock of birds/sheep
- a (small) herd of cattle
- a packet /pack of cigarettes
- a series of incidents/ concerts/ lectures
- a bunch of flowers/ keys

Como exemplo de construções de “partição quantitativa” envolvendo nomes contáveis singulares, os autores apresentam, entre outras, as estruturas presentes em (81). Consideram que o mesmo tipo de partição pode ser expresso por “itens quantitativos” tão gerais como *half*, *all*, *whole* + *of* + N. Essa possibilidade é ilustrada em (82).

- (81) a piece of a loaf
- a branch of a tree
- a page of a book
- a verse of a poem

- (82) I'd like half of that piece of meat.  
I'd like a quarter of that piece of meat.  
I'd like all of that piece of meat.  
I'd like the whole of that piece of meat.  
I'd like the rest of that piece of meat.  
I'd like the remainder of that piece of meat.

Para além da “partição qualitativa” e da “partição quantitativa”, os autores consideram um terceiro tipo de construções partitivas, a que chamam construções de “partição de medida”. Trata-se de estruturas em que são indicadas quantidades precisas de peso, área, volume ou comprimento. Como exemplo de cada um dos casos apresentam as seguintes construções:

peso:

- (83) an ounce of tobacco  
a kilo of apples  
a pound of butter  
a ton of coal

comprimento:

- (84) a foot of copper wire  
a metre of cloth  
a mile of cable

volume:

- (85) a litre of wine  
a pint / a quart of milk

área:

- (86) an acre / a hectare of land

Como se pode verificar, numa mesma classe — construções partitivas — são agrupadas estruturas muito diferentes de um ponto de vista dos processos de quantificação. De facto, em Quirk *et al.* (1985) encontramos estruturas que envolvem quantificação de medição relativa — como em *half of that piece of meat* — associadas a estruturas que exibem quantificação de medição absoluta — como em *an ounce of tobacco* — e a estruturas que envolvem a consideração de um processo de quantificação de contagem, envolvendo ou não nomes de referência dependente — vejam-se construções como a *verse of a poem*, a *(large) crowd of people* e outras.

6.3. *Uma gramática portuguesa*

Numa das mais recentes gramáticas portuguesas — Mateus *et al.* (1989) —, encontramos também a já referida distinção entre **parte qualitativa** e **parte quantitativa**. No capítulo em que apresentam as “operações sobre massivos”, as autoras introduzem a noção de “parte quantitativa de um todo contínuo”, por oposição a “parte qualitativa” (distinguida também num todo contínuo, de acordo com as autoras). Como exemplo de estruturas que permitem a designação de uma parte qualitativa, são apresentadas as seguintes frases:

- (87) Essa água faz bem à saúde.  
O vinho de Lagoa tem uma forte graduação alcoólica.  
Essas águas fazem bem à saúde.  
Os vinhos de Lagoa têm uma forte graduação alcoólica.

Segundo as autoras, nas três primeiras frases é distinguida uma parte qualitativa num todo encarado como contínuo — respectivamente, a água e o vinho. Diversamente, na última frase,

a expressão *os vinhos de Lagoa* não se limita a distinguir no todo ‘vinho’ uma parte qualitativa, definida pelo complemento *de Lagoa*; considera partes qualitativamente distintas nessa parte: os vários tipos de vinho produzidos na região de Lagoa. (Mateus *et al.*, 1989: 72).

Como exemplo de expressões em que é distinguida uma parte quantitativa apresentam os seguintes grupos de frases:

- (88) Bebi vinho ao jantar.  
Bebi pouco vinho ao jantar.  
Bebi um copo de vinho ao jantar.  
Bebi um decilitro de vinho ao jantar.

- (89) Comi bolo ao jantar.  
Comi muito bolo ao jantar.  
Comi uma fatia de bolo ao jantar.  
Comi meio quilo de bolo ao jantar.

Em (88) e em (89), os nomes 'vinho' e 'bolo' têm uma interpretação massiva. Em nota de roda-pé, as autoras esclarecem que, com nomes contáveis podem também existir construções partitivas, (análogas às que ocorrem em 'bebi vinho ao jantar' e 'comi bolo ao jantar') ou «em que existe a indicação explícita da quantidade considerada» (análogas às das duas últimas frases de (88) e (89)). Dão como exemplos as seguintes construções:

- (90) Comprei cebolas.  
Estavam pessoas na praia, apesar do mau tempo.  
Comi um prato de ameijoas.  
Aquele gastou um quilo de amêndoas para fazer um bolo que ficou uma porcaria.

#### 6.4. *Quantificação, classes de nomes e construções partitivas*

Olhando para diversos trabalhos que tratam de construções partitivas, concluímos que o conjunto de construções designadas por essa etiqueta varia substancialmente de autor para autor, sendo a tradição gramatical inglesa a que mais estruturas aceita como sintagmas que se podem rotular de partitivos. Será útil questionar a razão de se considerarem tantas estruturas diferentes numa mesma classe, tentando precisar um pouco mais um conceito de "construção partitiva". Considerem-se em primeiro lugar as construções que Quirk *et al.* apresentam como exemplos de "partição qualitativa", repetidas em (91)-(93):

- |                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| (91) a new kind of computer    | new kinds of computers   |
| (92) a delicious sort of bread | delicious sorts of bread |
| (93) another type of research  | other types of research  |



Distintas das anteriores são construções apresentadas como exemplos de “partição quantitativa” com nomes contáveis plurais, exemplos aqui repetidos para maior clareza de exposição:

- (97) A (large) crowd of people
- A (huge) flock of birds/ sheep
- A (small) herd of cattle
- A packet / pack of cigarettes
- A series of incidents/ concerts/ lectures
- A bunch of flowers/ keys

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que o processo de quantificação presente nestas estruturas não é, uma vez mais, diferente do que existe nas chamadas construções de “partição qualitativa” ou nas “partições quantitativas” com nomes massivos. Em segundo lugar, apesar de também nestas construções ocorrerem nomes de referência dependente, elas são semanticamente distintas das chamadas “partições qualitativas com nomes não contáveis”. Se o termo “construção partitiva” designar uma estrutura em que é identificada uma parte de uma entidade, os exemplos presentes em (97) são precisamente o oposto de tais construções. De facto, em tais construções, o que está a ser identificado é uma entidade constituída pelo agrupamento de indivíduos simples. Essa entidade derivada integra os indivíduos discretos que estão na base do seu processo de formação, o que é bem distinto do que se verifica com entidades formadas a partir de outras e que são designadas por meio de construções igualmente classificadas como partitivas em Quirk *et al.* (1985): *block of ice, bar of chocolate* ou *loaf of bread*.

Como exemplos de estruturas em que existe um processo de “partição quantitativa” sobre nomes contáveis singulares, Quirk *et al.* apresentam estruturas como (81) e (82), abaixo repetidas:

- (98) a piece of a loaf
- a branch of a tree
- a page of a book
- a verse of a poem

- (99) I'd like half of that piece of meat.  
I'd like a quarter of that piece of meat.  
I'd like all of that piece of meat.  
I'd like the whole of that piece of meat.  
I'd like the rest of that piece of meat.  
I'd like the remainder of that piece of meat.

Neste bloco de construções são agrupadas estruturas muito diferentes. Assim, em sintagmas como *verse of a poem* ou *page of a book* é identificada uma entidade discreta, que tem existência em si mesma. De facto, os nomes *verso* e *página* são nomes de referência autónoma que se distinguem de nomes como *bloco*, *barra*, *molho* ou *ramo* por não designarem entidades formadas a partir de outras entidades. O objecto designado por *livro* não intervém para a identificação da entidade designada por *página*, tal como a entidade designada por *verso* não é construída a partir de um poema. Em construções como (98), é identificada uma entidade discreta (*ramo*, *página*, *verso*), acrescentando-se a informação de que tal entidade está integrada numa outra (*árvore*, *livro*, *poema*). Não é essa a interpretação de estruturas como as apresentadas em (99). As primeiras frases de (99) são exemplos simples de quantificação de medição relativa. Nessas construções é identificada uma porção de matéria de um objecto particular. Os dois últimos sintagmas de (99) — *the rest of that piece of meat* e *the remainder of that piece of meat* — distinguem-se dos primeiros por envolverem uma relação de ordem, tal como foi sugerido na secção 5.

Finalmente, construções a que Quirk *et al.* chama “partitivas de medição” são estruturas em que existe um processo de quantificação de medição absoluta. São, portanto, construções diferentes de todas as outras que os autores consideraram como partitivas.

Ainda na tradição gramatical inglesa, consideremos alguns dos exemplos apresentados por Ladusaw (1982) como construções partitivas.

- (100) some of the books  
many of those books

Como defende Peres (1990), estas construções não são quantitacionalmente diferentes de (101):

- (101) some books  
many books

As diferenças que se possam verificar entre (100) e (101) dizem respeito ao modelo relativamente ao qual os sintagmas em causa são avaliados. Na computação do significado de (100) é tido em conta um conjunto previamente determinado de livros, enquanto a computação do significado dos sintagmas presentes em (101) é feita relativamente ao universo de discurso. Excluída essa diferença, as construções são semanticamente idênticas. Quer em (100) quer em (101), existe um processo de quantificação de contagem em que estão envolvidos os mesmos quantificadores.

Quanto aos exemplos apresentados em Mateus *et al.* (1989) como partições qualitativas, trata-se de estruturas em que há a identificação de espécies (nos sintagmas nominais *essa água* e *o vinho da Lagoa*) ou subespécies (num sintagma nominal como *os vinhos da Lagoa*). É também a espécie que é referida nalgumas frases apresentadas como expressões em que se considera a determinação de uma parte quantitativa, tais como:

- (102) Bebi vinho ao jantar.  
(103) Comi bolo ao jantar.  
(104) Comprei cebolas.

Sem dúvida que nessas frases é identificada uma quantidade (não determinada) de matéria, uma vez que, como refere Peres (1992), citando O. Lopes, uma frase como *bebi água ao jantar* «implicitamente afirma a existência (...) de alguma parte, porção, de água» (Lopes, 1971: 98) na situação em causa.

Nas restantes frases apresentadas por Mateus *et al.* (1989) como exemplo de construções partitivas — bebi meio litro de vinho, comi meio quilo de bolo — existe um simples processo de quantificação de medição absoluta.

Onde o conceito de construção partitiva tem uma maior precisão de sentido é na tradição gramatical francesa. Ao considerarem o “*article partitif*”, os gramáticos franceses estão a ter em conta apenas a quantificação de medição relativa. Contudo, Milner (1978) considera também como construções partitivas estruturas em que existe um processo de quantificação de contagem. Não se pode, por isso, dizer que na tradição gramatical francesa exista um bloco uniforme de construções classificadas como partitivas.

Posto isto, podemos concluir que, pelo menos no que respeita ao Francês, ao Inglês e ao Português, o conjunto de construções identificadas como partitivas não corresponde a uma entidade semântica identificável com rigor e muito menos a um tipo especial de quantificação.

Não é, também, o tipo de entidades que entram nessas estruturas que as separa de outras construções nominais. Na verdade, nas construções ditas partitivas em que se verifica um processo de quantificação de contagem, este incide sobre conjuntos de indivíduos — designados por nomes de referência autónoma ou dependente —, ou sobre conjuntos de espécies ou de subespécies, se tivermos em conta trabalhos feitos para o Inglês e para o Português. Se for de medição o processo de quantificação presente nas estruturas em causa, encontramos casos em que o domínio de quantificação é uma extensão de matéria — quantificação de medição absoluta — e outros em que são identificadas partes constituintes de uma entidade concreta (envolvendo ou não a consideração de relações de ordem) — quantificação de medição relativa.

Não só não existe um factor unificador de todas as chamadas “construções partitivas”, como também não há nada que as separe de outras construções sintacticamente distintas, mas semanticamente idênticas. De facto, a consideração de uma parte constituinte de um todo é uma ideia inerente a qualquer processo de quantificação.

Cabe, assim, perguntar se se deve abandonar o termo “construção partitiva” como etiqueta gramatical, ou definir as estruturas que se podem considerar partitivas. Uma hipótese consiste em usar esse termo para a quantificação de medição relativa, envolvendo ou não a consideração de relações de ordem. Nessas construções é bem evidente a consideração de uma parte constituinte de

uma entidade que noutras construções é tida como um todo uno. Contudo, a simples insistência numa relação parte-todo implica que se considerem também outras construções em que é igualmente isolada uma parte constituinte de um indivíduo, embora o processo de quantificação presente em tais construções seja diferente. É o caso, por exemplo, da frase (105):

(105) Chegou metade da equipa.

Nesta frase, é identificada uma parte constituinte de um outro indivíduo. Contudo, o processo de quantificação envolvido é, em última análise, de contagem e não de medição, visto que é identificado um conjunto de indivíduos simples, membros da equipa em questão.

Segundo creio, um estudo que vise uma definição rigorosa das estruturas que pode fazer sentido designar por “construção partitiva” deverá ter em conta quer os casos de quantificação de medição relativa, quer estruturas análogas a (105) e, possivelmente, ainda outros tipos de construções. A continuar a usar-se o termo “construção partitiva”, tal estudo é, sem dúvida, necessário, face à claramente excessiva variedade de estruturas que a expressão tem abrangido.

Por ora, fará mais sentido procurar um tratamento semântico para as construções a que se tem chamado “partitivas” no quadro da distinção entre processos de quantificação nominal de contagem e de medição, proposto por Peres (1992).

---

Rui Pedro Ribeiro Marques é Assistente Estagiário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, onde tem leccionado as cadeiras de Metodologia do Trabalho Científico, de Sistemas Formais e de Semântica Geral. Encontra-se presentemente a conduzir a parte escolar de um Mestrado em Linguística, orientando-se para a elaboração de uma tese no domínio dos processos inferenciais em língua natural.

**Referências bibliográficas**

- BUNT, H. C. (1985) — *Mass Terms and Model-Theoretic Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GREVISSE, M (1969) — *Le Bon Usage. Grammaire Française avec des Remarques sur la Langue Française d'aujourd'hui*, 9ª ed. rev., Duculot / Hatier, Gembloux / Paris.
- LADUSAW, W. A. (1982) — “Semantic Constraints on the English Partitive Construction”, in D. P. Flickinger, M. Macken e N. Wiegand (eds.) — *Proceedings of the First West Coast Conference on Formal Linguistics*, Stanford University.
- LEONARD, H. S.; GOODMAN, N. (1940) — “The calculus of individuals and its uses”, in *Journal of symbolic logic* 5, pp. 45-55.
- LESNIEWSKI, S. (1929) — “Grundzüge eines neuen Systems der Grundlagen der Mathematik”, in *Fundamenta mathematicae* 14, pp. 1-81.
- LINK, G. (1983) — “The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-Theoretical Approach”, in R. Baeuerle, C. Schwartz e A. von Stechow (eds.) — *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlin, de Gruyter.
- LOPES, O. (1971) — *Gramática Simbólica do Português, um Esboço*, 2ª ed. corr., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, R. R. (1992) — “Sobre o Conceito de Construção Partitiva”, in *Cadernos de Semântica*, 2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA I. (1989) — *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho.
- MEULEN, A. ter (1980) — *Substances, Quantities and Individuals — a Study in the Formal Semantics of Mass Terms*, Indiana, Indiana University Club.
- MILNER, J.-C. (1978) — *De la Syntaxe à l'Interprétation. Quantités. Insultes, Exclamations*, Paris, Seuil.
- PELLETIER, F. J. (ed.) (1979) — *Mass Terms: Some Philosophical Problems*, Dordrecht, D. Reidel.

## **Discursos**

---

- PERES, J. (1990) — “Constraints on the Notion of Partitive Construction”, Eurotra Annual Workshop 1990, Noordwijk, Holanda.
- PERES, J. (1991) — “Issues on Distributive and Collective Readings”, comun. apresentada ao *Seminar on Plurals*, Universidade de Tubinga, Dez. de 1991, in *Cadernos de Semântica*, 4, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.
- PERES, J. A. (1992) — “Questões de Referência Nominal”, *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PERES, J. A.; BRANCO, A. H. (1989) — “O Todo e as Suas Partes como Objectos de Referência”, in *Actas do 5º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. (1985) — *A Grammar of Contemporary English*, London, Longman.